

WERNER, Baer. A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. 1º ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975

Família e economia: Um paralelo entre o Brasil Pré-Industrial e a Grécia Antiga

**Bernardo Silva de Carvalho Ribeiro ·
Mario Marcos Sampaio Rodarte ·**

Resumo

O principal objetivo do presente estudo é realizar um paralelo entre o Brasil Pré-Industrial e a Grécia Antiga no que tange às interações entre família e economia. A hipótese que se trabalha é a de que, apesar de contextos bem distintos, havia grande similaridade entre as relações econômicas e das famílias nos dois períodos, talvez em decorrência da ascendência cultural greco-romana sobre o modo de ser e viver oitocentista. Para tanto, analisa-se, no caso do Brasil, os tipos de famílias extraídos do censo da década de 1830, em Minas Gerais (que é considerada a maior relação nominal no Brasil) e para a Grécia, inúmeras fontes qualitativas, trabalhadas sob o prisma da abordagem de família defendida como unidade multifuncional, que, basicamente, é a adotada para o estudo de caso brasileiro.

· Graduando de Ciências Econômicas e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET).
· Doutor em Demografia e mestre em Economia pelo Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor da FACE/UFMG e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG. E-mail: mrodarte@cedeplar.ufmg.br

Família e economia: Um paralelo entre o Brasil Pré-Industrial e a Grécia Antiga

1. Introdução

Documentos demográficos brasileiros do século XIX adotam, de forma quase generalizada, o emprego do termo “fogo” para designar a unidade doméstica, que, hoje, corresponderia ao termo domicílio. Mas, curiosamente, o termo fogo era mencionado, por vezes, como sinônimo de família, hoje compreendido, em muitas ocasiões, como uma fração da unidade domiciliar. Além de ter a função reprodutiva e de ser grupo de parentesco, o fogo quase sempre constituía um conjunto de pessoas com outras funções sociais e também econômicas, em especial, a de ser unidade produtiva, dado o contexto de uma sociedade pré-industrial.

Sendo o fogo, portanto, uma forma arcaica e híbrida de organização doméstica, em que se fundiam as finalidades de produção e reprodução, econômicas e demográficas, procurou-se analisar a economia, aqui, tendo em vista a tipologia de domicílios elaborada por Rodarte (2008; 2012) que reflete essa plurifuncionalidade dos fogos, ao adotar, como ponto de partida, a concepção mais abrangente de domicílio (*das ganze Haus*) dos pesquisadores da Áustria, como Mitterauer e Sieder (1982).

Escreveu um historiador clássico que a palavra família, na antiga língua grega, correspondia ao significado “aquilo que está junto do fogo” (COULANGES, 2001: 46), como referência ao fogo sagrado, que existia na residência de cada unidade doméstica. Com uma forma idealizada de unidade autônoma, independente, as funções reprodutivas e produtivas das famílias gregas se somavam, também, a outras funções, em especial, a religiosa. O texto a seguir busca fazer um paralelo entre o estudo da família no passado pré-industrial brasileiro e a da Grécia Antiga, em que se cotejam as interações da unidade doméstica (a um só tempo, produtora e consumidora) com a economia, ao analisar os diversos tipos de produção e comercialização de excedentes.

2. As interações entre família e economia: um estudo comparativo

2.1 A família brasileira do passado e economia pré-industrial: A Minas Gerais Oitocentista como estudo de caso

Em estudo recente, observou-se que família era o elemento chave para entender o funcionamento típico da economia no período pré-industrial. Isso porque as famílias não eram apenas as supridoras de fatores de produção (capital, trabalho e terra) das firmas, e as unidades consumidoras dos seus produtos finais, como consta nos manuais de curso de economia. Na verdade havia ausência quase completa de firmas antes do processo de industrialização e urbanização nos países ocidentais e a produção de bens e serviços ocorria, de fato, no seio das unidades domésticas.

O fato de famílias serem, a um só tempo, unidades consumidoras e unidades produtoras, o que vale dizer, unidades de agrupamento de parentes e casais e de geração de recursos e riqueza introduz elementos de complexidade em relação à sua existência e modo de funcionamento que escapa da lógica comumente utilizada para analisar o mundo contemporâneo.

A busca de se ter um número determinado de filhos e mesmo certo tamanho da família pelos membros chefes das famílias não se guiavam unicamente pelo cotejamento entre o tamanho do grupo familiar socialmente desejável *vis-à-vis* as condições econômicas para mantê-la. A inserção produtiva da família também impunha a necessidade de braços para o desempenho das atividades. Uma vez atendida a quantidade de membros (produtores), as condições econômicas da família possibilitaria (ou não), de forma interativa, atender ao desejo do tamanho de família.

Por família, entende-se aqui não a unidade doméstica contemporânea, mas a família como era entendida no passado, particularmente, no século XIX e anteriores, que atendia, também, pelo nome de fogo. Em alguns documentos censitários, família e fogo são explicitamente apresentados como sinônimos¹, como se evidencia no fragmento de lista nominativa apresentado na Figura 1.

¹ No ofício do presidente de província que determinava o levantamento censitário, consta a diretiva de se fazer o documento de listagem de todos os habitantes de cada lugar, “pela ordem dos respectivos quarteirões, ou quando estes não se acharem divididos, pela dos fogos, ou famílias” (APM, Sessão Provincial, Presidência da Província, código 81, p. 146). A análise das listas nominativas em resposta vem elucidar a ambiguidade encontrada no termo “ou” (sublinhado aqui), que parece tratar mais de uma conjunção explicativa do que uma alternativa.

Nela, ambos os fogos “ou famílias” do capelão João Miranda e de Rosa Boaventura congregam pessoas de origens e cores diferentes e com condições sociais diversas (os livres com seus escravos). Tais composições se aproximam da ideia de grupo com funções produtivas supra-parentais e obviamente destoam do que atualmente se denomina família simples, geralmente, tida como o pequeno agrupamento de pessoas formado, quando completo, pelo núcleo conjugal e os seus filhos.

| N.º dos fogos ou famílias | Relação | | | | Cidadão | Ocupações |
|---------------------------|--|------------|-----------|----------|---------------|------------|
| | dos Habitantes do Distrito da Capella de Nossa Senhora da Piedade da Paraopeba Termo da Fidelíssima Vila do Sabará | Habitantes | Qualidade | Condição | | |
| 1 | João Baptista Soares de Miranda | Branco | | 78 | Ecclesiastico | Capellão |
| | D. Antônia Claudina | Branca | | 43 | Solteira | Brandeira |
| | Bernarda | Crioula | Capitão | 70 | Calçada | Mineiro |
| | Leij | Crioula | Capitão | 22 | Solteira | Affazeta |
| | Alodesto | Crioula | Capitão | 38 | Solteira | Mineiro |
| | Storé | Preto | Capitão | 69 | Calçada | Mineiro |
| | Storé | Preto | Capitão | 26 | Solteira | Mineiro |
| | Storé | Preto | Capitão | 25 | Solteira | Mineiro |
| | Ignacio | Preto | Capitão | 29 | Solteira | Mineiro |
| | Manoel | Preto | Capitão | 25 | Solteira | Mineiro |
| Storé | Preto | Capitão | 26 | Solteira | Mineiro | |
| Mariaanna | Crioula | | 25 | Solteira | Fraduira | |
| 2 | D. Proza Angelina & S. Boaventura | Branco | | 65 | Solteira | Brandeira |
| | Cyprianna | Crioula | Capitão | 28 | Solteira | Mineiro |
| | Storé | Preto | Capitão | 30 | Solteira | Mineiro |
| | Thomas | Preto | Capitão | 28 | Solteira | Mineiro |
| | Joaquim | Preto | Capitão | 28 | Solteira | Mineiro |
| | Joaquim Galvani | Preto | Capitão | 24 | Calçada | Negociante |
| | Maria Rita & S. Boaventura | Preto | | 33 | Calçada | Fraduira |
| | Le Bastanna | Preto | | 8 | | |
| | Anna Franca | Crioula | | 35 | Solteira | Fraduira |
| | Cecilia Maria | Crioula | | 9 | | |

Figura 1: Fogos de número 1 e 2 da Lista de Nossa Senhora da Piedade de Paraopeba, do termo de Sabará (atual distrito de Piedade do Paraopeba, do município de Brumadinho), em 30/10/1831. Obs.: No início do século XIX, via de regra, crioulo era usado para designar o brasileiro descendente exclusivamente de africano, ao passo que preto correspondia ao indivíduo de cor vindo da África.

A concepção de fogo depreendida nas listas nominativas esta longe de ser uma particularidade regional. No primeiro dicionário da língua portuguesa, de Raphael de Bluteau (1712), entre as muitas acepções de fogo, a única mais próxima ao sentido investigado referia-se, também, ao termo família, colocando-o como sinônimo. Outros dicionários produzidos nos séculos XVIII e XIX são menos exatos² mas associavam fogo à

² Em Silva (1831) a acepção de fogo no sentido em questão referia-se a “casa” ou “família”; em Figueiredo (1936), designaria “família”, ou “residência de uma família”; em Constâncio (1863), “casa habitada”; em Vieira (1871), “casa com família”.

família. Aulete (1925) parece ser mais preciso, ao designar fogo como “lar, casa, sede de uma família”.

Na segunda metade do século XIX o significado de fogo parece manter-se semelhante ao de antes. O relatório governamental que continha as normas para realizar o Censo da Corte, em 1870, é mais um documento a associar fogo (ou família) como unidades econômicas autônomas:

“O arrolamento da população do Município da Corte a que se há de proceder no dia 17 do corrente mês de abril [de 1870] será feito por moradas ou fogos, tomando-se por morada ou fogo cada casa ou parte dela em que habita alguma pessoa ou família com economia separada, de maneira que um edifício pode conter dois ou mais fogos” (Brasil, 1871: 2)

Esta ideia de família diferente (e, em geral, mais ampliada), que açambarcava um número maior de pessoas que o núcleo e seus filhos, que continha pessoas sem relação de parentesco e até mesmo escravos, reflete a concepção proveniente da Europa. Ali, também, o historiador surpreendia com a falta de relatos que apontassem a existência da família atual:

“When we go back into history, we discover the interesting fact that in the late Middle Ages, and even in early modern times, the German language had no word for the group of parents and children that we understand as ‘family’ and that is characterized by sociologists as the nuclear or simple family. For lack of a suitable word, the complicated description ‘with wife and child’ was used” (Mitterauer, Sieder, 1982: 6).

Ensinam Michael Mitterauer e Reinhard Sieder, também, que:

“The Latin word familia is very old and is derived, by way of Oscan term famel, from a common Indo-Germanic root. The basic meaning of the word is ‘house’ – that is, the total number of people living in a house, including domestic servants and slaves. The position of children is, in principle, not distinct from that of slaves, though the term liberi indicates that by birth they are legally considered free. Likewise, pater and mater are notions that express not genealogical connection but dependence on authority” (Mitterauer, Sieder, 1982: 6).

Tal asserção vai ao encontro do que consta no dicionário etimológico de Constâncio (1863), cuja primeira edição é de 1836. Também nesta obra, família derivava do latim, da palavra *famulus*, em português, fâmullo, que era o mesmo que criado, servo. Constâncio era ainda mais incisivo em mostrar como o termo se diferenciava, na sua origem, da designação de grupo com relação de parentesco, ao afirmar que:

“Família (...) primitivamente significava os servos ou criados de uma casa; depois significou também as crianças e a mãe ou dona de casa, a mãe de família; as pessoas que vivem na casa debaixo da proteção do pai de família ou dono; os descendentes de um indivíduo, a linhagem; os parentes e aliados (...) o que está sob o pátrio poder, não emancipado” (Constâncio, 1863).

Em síntese, o significado de família no passado era muito distinto do atual, pois designava todos os membros de uma unidade domiciliar, unidos por laços de parentesco ou não, e, principalmente, que estavam sob o domínio de um chefe, que originalmente, para Bluteau (1712) era “aquele em que se conserva a baronia da família”, uma palavra vinda do francês “*Chef*” que, entre outras acepções, também significa “cabeça”³.

Na perspectiva aqui defendida, em que a família pré-industrial era plurifuncional, que continha funções produtivas e reprodutivas, econômica e demográfica, a contextualização econômica torna-se essencial ao estudo. Tal não ocorre quando se utiliza perspectiva de família tomada unicamente como tendo função reprodutiva, a exemplo de estudos baseados nos tipos de família elaborados por Laslett (1972).

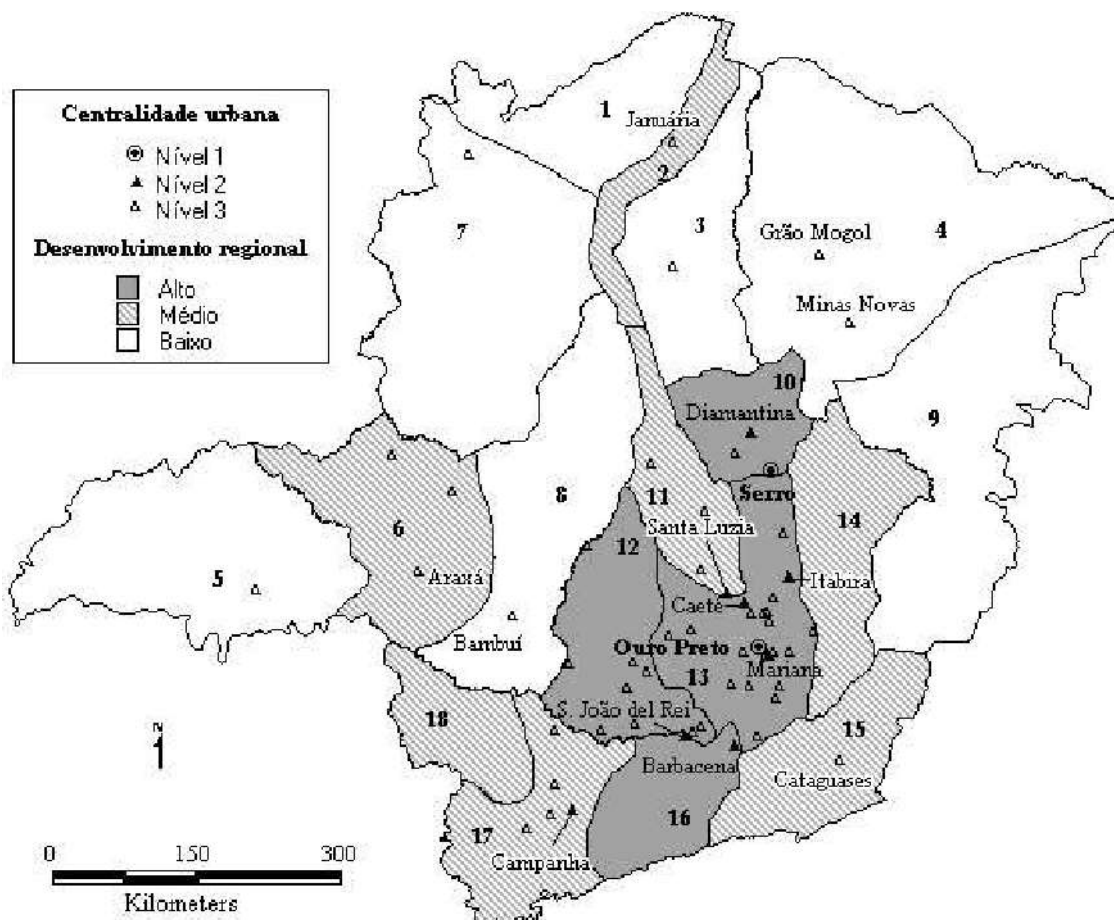
Passado o auge da exploração aurífera aluvial, inclusive com o esgotamento em muitos lugares, a economia em Minas Gerais se apresentava bastante diferenciada, na primeira metade do século XIX, parte decorrente dos desdobramentos daquele surto econômico aurífero, com o transbordamento de recursos para exploração econômica de outras atividades econômicas em outras regiões, parte devido à busca de novas oportunidades econômicas como resposta à involução de segmentos na mineração.

Quando se analisa a disponibilidade material e as condições socioeconômicas nos diferentes espaços na Província, pode-se concluir, apressadamente, que a conformação da economia no século XIX devia-se à ascendência da mineração setecentista, uma vez que as regiões mais desenvolvidas correspondiam àquelas onde se localizavam os antigos núcleos centrais mineradores, que, por sua vez, detinham maiores níveis de centralidade urbana (Mapa 1).

Contudo, pode-se também perceber que regiões de vocação agrícola ou agropastoril, como Araxá e Mata, de ocupação incipiente, já detinham nível de desenvolvimento econômico médio. Tal transbordamento da virtuosidade econômica de regiões periféricas às áreas centrais de ocupação mais antiga deve-se à implantação e crescimento de unidades produtivas para a produção de diversos produtos, sobretudo os constantes no Mapa 2, que lograram êxito ao ponto de terem excedentes exportados para além dos limites provinciais.

³ Esse sentido mais amplo de família no passado brasileiro também foi apresentado em Raízes do Brasil, de Holanda (1976: 49).

Mapa 1 – Regionalização, níveis de desenvolvimento e centralidade urbana – Minas Gerais – década de 1830



Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Centralidade: **Nível 1** – Ouro Preto e Serro; **Nível 2:** Itabira do Mato Dentro, vila de Campanha, Mariana, Santa Luzia, Diamantina, Barbacena, Caeté, S. João del Rei; **Nível 3:** Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo, Brumado, São Gonçalo, Santana do Sapucaí, Passagem, Guarapiranga, Forquim, Catas Altas, Grão Mogol, Minas Novas, Cachoeira do Campo, Araxá, Januária, Brumado, Queluz, Matosinhos, Dolores da Boa Esperança, Cláudio, Prados, vila de São José (Tiradentes), Bom Sucesso, Oliveira, Gouveia, Bambuí, Formiga, Espírito Santo, Nossa Senhora do Socorro, Mutuca, Desterro do Mello, Santa Rita da Meia Pataca, Nossa Senhora de Oliveira, São Sebastião, Nossa Senhora da Saúde, Itatiaia, Dolores do Campo Formoso, Santana da Barra do Rio do Espírito, Coromandel, Buritiz, Nossa Senhora da Abadia, Itaverava, Santana de Trairas, Santo Antônio da Mouraria, Santíssimo Coração de Jesus, Morro da Garça, São Sebastião do Itatiaia, Perdões, Carmo do Japão, Santo Antônio Abaixo; **Nível 4:** nível mais baixo de centralidade, composto pelos demais 177 distritos pesquisados, não visualizados no mapa (Rodarte, 1999: 89 e 126).

Fontes dos dados básicos: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Níveis de desenvolvimento elaborados por Paiva (1996) e de centralidade urbana, por Rodarte (1999).

Os Dois Censos da Corte – 1870/1872: População e economia no principal centro do Brasil Oitocentista*

Matheus Soares de Mendonça

Graduando em Relações Econômicas Internacionais/UFMG

Paula Martins Mello

Graduanda em Relações Econômicas Internacionais/UFMG

Doutor em Demografia e mestre em Economia pelo Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Mario Marcos Sampaio Rodarte

Professor da FACE/UFMG

e-mail: mrodarte@cedeplar.ufmg.br

RESUMO:

O objetivo desse trabalho é analisar o Município da Corte através dos dois levantamentos demográficos realizados na década de 1870: o primeiro ocorreu em 1870, que ficou conhecido como o Censo do Município da Corte e o outro, o Recenseamento da População do Império, em 1872, que teve abrangência nacional. Como os dois censos podiam ser desagregados por paróquias, foi possível realizar comparações internas. Pretendeu-se, então, descrever a população e dinâmica de ocupação dos diversos segmentos espaciais da Corte e, ao mesmo tempo, refletir sobre a qualidade e a produção dos recenseamentos.

Palavras-chave: demografia histórica e econômica; censos; década de 1870; Município da Corte;

ABSTRACT:

The aim of this article is to analyze the economy and population of the city of Rio de Janeiro, which was the seat of Government, through the two demographic surveys conducted in the 1870: the first occurred in 1870, which became known as the ‘Census of the Court’ and the other, the Census of the population of the Empire, in 1872, that had national reach. As the two censuses could be broken down by parishes, it was possible to perform internal comparisons. It was intended to, then, describe the population dynamics of occupation and of the various spatial segments of the Court and, at the same time, reflect on the quality and production of censuses.

Keywords: historical and economic demographics; censuses; the 1870; Rio de Janeiro city;

* Este documento foi produzido no âmbito da pesquisa “Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872”, coordenada pelo Profa. Clotilde Andrade Paiva, contando com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Os Dois Censos da Corte – 1870/1872: População e economia no principal centro do Brasil Oitocentista*

**Matheus Soares de Mendonça
Paula Martins Mello
Mario Marcos Sampaio Rodarte**

Introdução

O Município Neutro da Corte era centro econômico e político do Império do Brasil desde meados do século XVIII, fato refletido pela transferência da Capital do Império de Salvador para o Rio de Janeiro (Município Neutro) em 1763. A cidade localizava-se numa região estratégica, tendo-se em vista a proximidade com as áreas mineradoras em Minas Gerais, o que facilitava a fiscalização do escoamento aurífero e de outros bens exportados pela Colônia.

Politicamente o Município também se destacava por sua importância, além de concentrar grande parte da população em um sistema de cidades da região, a nova Capital do Império também continha fatores econômicos crescentes que atraíam cada vez mais um número expressivo de migrantes, fato ainda mais evidenciado com a vinda da Família Real em 1808, quando necessitou-se de uma maior estruturação urbana para que se pudesse receber toda a comitiva que vinha junto com a Realeza.

Além dos fatores políticos e econômicos, o Município Neutro também deveria conter uma posição geográfica estratégica: havia certa preocupação quanto à proximidade com as fronteiras da América Espanhola por questões de defesa territorial, tendo em vista o contexto da Guerra do Paraguai.

* Este documento foi produzido no âmbito da pesquisa “Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872”, coordenada pelo Profa. Clotilde Andrade Paiva, contando com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

* Graduando em Relações Econômicas Internacionais – UFMG. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq com o projeto: “Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872” do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG.

* Graduanda em Relações Econômicas Internacionais – UFMG. Bolsista de Iniciação Científica com o projeto: “Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872” do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG.

* Doutor em Demografia e mestre em Economia pelo Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor da FACE/UFMG e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG. E-mail: mrodarte@cedeplar.ufmg.br

Com o fim da Guerra do Paraguai em 1870, percebeu-se a necessidade de estudos cartográficos e demográficos mais acurados do Império. Em 1871, através da Lei 1829 foi criada a Diretoria Geral de Estatística, (DGE), cuja função era a de coordenação da atividade censitária e de elaboração de estatísticas, sendo ela a primeira instituição com esse fim na história do país. Futuramente ela seria substituída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE). A Corte, como maior centro político e econômico do Império, acabava por polarizar também a atenção de todos: tudo o que acontecia nela era ressonante mesmo nas áreas mais remotas do Império, por essa razão, mostrar a viabilidade e as vantagens da realização de um censo geral, seria plausível a experiência de realizá-lo antes no Município Neutro da Corte.

A execução do Censo da Corte era uma maneira viável de se detectar os possíveis problemas na efetivação do recenseamento geral do Império em 1872, desta forma, garantia-se uma maior fluência e agilidade na realização deste. Sendo assim, pode-se esquematizar a forma como seriam divididas as tarefas, como a divisão de Paróquias, além da logística de todo o recenseamento. As principais finalidades da realização de um Censo da Corte, ditas pelo Imperador para a população eram que, com os dados coletados, poder-se-ia melhorar a administração pública, a organização municipal, assim como supracitado, embasar, com a experiência deste Censo, a realização do Censo Geral do Império em 1872.

A pesquisa fundamentou-se em analisar, muito além do contexto histórico ou formas da realização do recenseamento: as logísticas, como eram divididas as paróquias e a distribuição das listas nominativas, mas focou-se principalmente em comparar as sociedades de 1870 e 1872, e que, como pode-se notar ao se cotejar os dados disponíveis dos dois recenseamentos, houve grandes discrepâncias em vários aspectos durante o período analisado, e cabe a nós investigar o porquê de tamanhas discrepâncias, como serão demonstradas nas tabelas.

O trabalho, além desta introdução, divide-se em mais quatro segmentos: na próxima seção, apresenta-se o estado-da-arte do estudo sobre o município neutro da corte e procura-se caracterizá-lo como o centro da rede de cidades no Império. Na terceira parte é apresentado os procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa. Uma comparação entre os dois censos realizados na corte nos anos de 1870 é mostrada na quarta seção, que é seguida da última parte, relativa às considerações finais.

2. A corte como o centro da rede de cidades no Império

Para que se possa melhor dimensionar a sociedade da Corte, entre 1870 e 72, é necessária uma análise da importância econômica crescente desta como o lugar central por excelência no Brasil, bem como sua evolução demográfica. Foram realizados, em cerca de setenta e um anos, cinco censos para a Capital do Império.

Segundo o que consta em Silva (1986), a primeira contagem populacional do império foi feita em 1799, mais de 30 anos após a transferência da Capital para o Rio de Janeiro, tendo sido ordenada pelo Vice-rei Conde de Rezende. O arrolamento foi exclusivo da população urbana, ou seja, levou em conta as freguesias da Sé, Nossa Senhora da Candelária, São José e Santa Rita, ela não considerava a tropa da guarnição da cidade. Detalhadamente, este censo dividiu-se em livros, com os seguintes aspectos: raças, estados, e dentre os escravos, dividiam-se pelas faixas etárias. Foi publicada anos depois, em 1858, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O segundo recenseamento, que apontou uma população de 113 mil (Tabela 1), foi executado sob ordem de Dom João VI em 1821, já de retorno a Portugal, com a finalidade de poder indicar deputados às Cortes Portuguesas (SENRA, 2006). Foi comandado por Joaquim José de Queiroz, Ouvidor da comarca, este arrolamento já considerava as populações rurais, ele contou as freguesias urbanas de Santa Rita, Santanna, Sacramento, Candelária e São José e as rurais de Irajá, Jacarepaguá, S. João da Lagoa, Engenho Velho, Inhaúma, Ilha do Governador, Paquetá, Guaratiba, Campo Grande. O terceiro arrolamento foi de ordem do Ministro e Conselheiro d'Estado Bernardo Pereira de Vasconcellos, em 1838, compreendendo além das paróquias do censo de 1821, adicionou-se a paróquia de Santa Cruz na contagem.

Tabela 1 – População do Município da Corte, segundo condição. 1821/1838/ 1872

| População | Ano | | | Taxa de crescimento anual média (em %) | | |
|-----------|---------|---------|---------|--|-----------|-----------|
| | 1821 | 1838 | 1872 | 1838/1821 | 1872/1838 | 1872/1821 |
| Total | 112.695 | 137.078 | 274.972 | 1,2 | 2,1 | 1,8 |
| Livres | 57.605 | 78.525 | 226.033 | 1,8 | 3,2 | 2,7 |
| Escravos | 55.090 | 58.553 | 48.939 | 0,4 | -0,5 | -0,2 |

Fonte: Silva (1986) e Lobo (1978)

Em 1849 foi realizada mais uma contagem da Corte, ela deixou bem evidente a existência da imigração como fato chave para aumentos populacionais, visto que neste censo, conforme presente em Silva, houve um "desmembramento" da quantidade de estrangeiros, sendo eles majoritariamente homens, e ainda mais, desses migrantes, a maioria é de população escrava. A obra de Silva mostra muito bem a imigração como determinante, e ainda quantifica essa parte populacional de maneira detalhada.

Segundo o que consta em Eulália Lobo sobre o recenseamento de 1849:

“Haddock Lobo atribuiu o aumento excepcional da população à imigração e ao aumento de importação de escravos. Essa tendência é conhecida pois os proprietários rurais recebiam o fechamento do tráfico negreiro” (LOBO, 1978: 226)

Anterior ao censo de 1870 da Corte, conforme Silva (1986), em 1856 pela Secretaria de Polícia, tentou-se fazer mais um levantamento da população, que conforme consta o autor, acompanhou o Relatório de 4 de Abril de 1857. Entretanto, essa contagem fora malograda, devido ao fato de terem deixado de lado a contagem de algumas freguesias, e quarteirões.

2.1 - A transferência do capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro

Em 1763, a capital da colônia foi transferida da cidade de Salvador – centro regional, e a qual via sua principal atividade econômica, a produção de açúcar, declinar- para a do Rio de Janeiro, que se tornou novo centro econômico e político do país. Vários são os motivos para tal processo, mas pode-se destacar, principalmente, a descoberta de ouro próximo a região, que além de ser o porto para o escoamento de tais produtos para fora do país, aumentaria a fiscalização nesse sentido. Além disso, havia certa preocupação quanto a proximidade com as fronteiras da América espanhola, o que incorria em uma forma de defesa do território uma nova capital não tão perto assim. O período foi marcado pelas reformas pombalinas, e essa transferência acabou deslocando a centralidade tanto política quanto econômica do Império.

Nesse ponto, cabe destacar a expressão definida por Allan Pred de ‘sistema de cidades’, o qual

“... engloba todas aquelas unidades urbanas individuais, como quer que sejam definidas, de um país ou região, que estejam economicamente ligadas a uma ou mais unidades urbanas do mesmo país ou região” (PRED, 1979: 13).

Dessa forma, pode-se dizer que esse autor explora os elos de interações entre as cidades, buscando uma melhor compreensão da dinâmica de crescimento das cidades, o que pode ser percebido no Rio de Janeiro nessa época.

Além disso, Pred tinha encontrado como resultado o fato de que, a longo prazo, somente os centros metropolitanos líderes se mantinham duradouros, o que ia de encontro as idéias tradicionais como as de Walter Christaller.

Para Christaller

“(...) o nível de importância do núcleo urbano é melhor avaliado pelo número de certas atividades econômicas existentes, bem como a intensidade com que estas são ofertadas. Quando uma cidade passa a ofertar volume significativo de bens e serviços que necessitam de uma localização central, ela adquire uma centralidade maior, que significa, por outro lado, o domínio de uma maior área de influência” (RODARTE, 1999: 32)

Independente do ponto de vista adotado, o fato é que, a Corte cada vez mais, se tornava uma cidade centro. Suas atividades e suas relações para com outras regiões se tornavam mais e mais complexas, tomando proporções gigantescas com a chegada da família Real ao Brasil, dado o 'boom' dessas atividades realizadas na região. Mais além, para Pred, o comércio impulsionava o crescimento das cidades (nesse período pré-industrial), o que não deixou de ser um fator preponderante a centralidade do Rio de Janeiro.

Mas para um melhor reconhecimento dessas ideias, pode-se mensurar, de certa forma, todas essas transformações que estavam ocorrendo no Rio de Janeiro. É possível fazer uma estimativa das relações econômicas entre as cidades através dos fluxos de comunicação por correspondência de Correios. Esses fluxos de correspondência também são importantes indicadores dos fluxos de comércio, mas que dependem, em grande parte, da infraestrutura dos Correios existentes em cada lugar, que no caso, é a Corte. Nesse mesmo tempo, os correios passam a ligar a Corte com outros urbanos na região, principalmente em São Paulo e Minas Gerais, o que por consequência, forma um sistema de cidades.

Assim, tem-se que em 1663 já havia surgido na cidade do Rio de Janeiro os Correios por mar, uma vez que os terrestres surgiram mais adiante. Mas a demanda na região era alta não respondendo eficazmente aos anseios dos comerciantes do Rio, e o que levou a Godofredo Ferreira, com base no documento do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), a escrever sobre essa indisponibilidade de serviços já no começo do século XVIII:

“[Em 1711] 72 homens de negócios do Rio representavam ao Senado da Câmara do Rio a pedir que haja casa do correio-mor naquela cidade por ser muito conveniente ao bem comum e boa arrecadação das cartas, para por este caminho assegurar-nos as nossas correspondências, assim para o Reino, como para as Minas...” (FERREIRA, apud BARATA, 1963:141).

Na tentativa de suprir essa demanda, entre 1797 e 98, por iniciativa do Conde de Linhares e de D. João VI, os Correios no Brasil tornaram-se órgãos do Estado.

Assim, o novo papel da cidade do Rio se torna cada vez mais importante, dado seu desenvolvimento, o qual aumenta mais, em 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa.

2.2 – A transferência da Família Real em 1808

Com as invasões napoleônicas, e a fuga da Corte portuguesa para o Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, que já vinha se modificando dado a transferência da capital do Império para lá, sofre mais um choque com a chegada não só da família real, mas também de toda a comitiva que os acompanhou.

Como já mencionado anteriormente, a população aumenta significativamente quando a Corte de instala na capital, com cerca de 15 mil pessoas junto a eles. Além disso, a vinda da família real implicava numa demanda maior por mão de obra para as reformas que a Corte necessitaria para receber tal comitiva, tendo isso em vista, deve-se notar o aumento do contingente de mão de obra escrava durante o referido período, como também um maior desenvolvimento econômico de toda a região para suprir as novas necessidades.

Toda análise a cerca do Rio de Janeiro como novo centro do Império agora toma proporções muito maiores. A cidade se desenvolve abruptamente para suprir sua nova demanda. Além disso, o rei adotou várias medidas para que isso fosse possível. A princípio, o que seria um dos fatores para o desenvolvimento do comércio, por exemplo, foi o decreto da “abertura dos portos às nações amigas” realizado pelo rei, mas que por trás desse ato existem vários outros fatores políticos envolvidos.

Ademais, várias mudanças ocorreram na estrutura da cidade, em suas instituições, uma vez que essa “nova população”, recém chegada, buscava o mesmo padrão de vida de Portugal - claro que havia um custo para tais. Foi fundado o primeiro Banco do Brasil, foram instituídas a Imprensa Régia (publicação de jornais), a Academia Real Militar, algumas escolas, entre as quais duas de Medicina, uma fábrica de pólvora e de indústrias de ferro, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico, o Museu Real (Nacional), e a vinda da Missão Artística Francesa, posteriormente sendo fundada a Academia de Belas-Artes.

Dessa forma, a cidade do Rio de Janeiro, ou a Corte do Império estava em pleno desenvolvimento, com as atividades econômicas a todo vapor, sendo o mesmo válido para as várias outras atividades que garantiam sua condição de centralidade e, que por conseguir gerar um grande fluxo de capital interno, dava, cada vez mais, continuidade a isso.

2.3 – A capital do Império

Apesar de a colônia enviar praticamente todas as suas riquezas para a metrópole, pode-se dizer que no Brasil dessa época, já era possível ver a acumulação de capital, ou a capacidade de gerar fluxo de capital interno do Império. Um dos grandes fatores que propiciaram isso era o tráfico de escravos desempenhado pela elite, que gerava sim grandes acúmulos de capital, mas havia outras formas.

Sob a perspectiva de João Luís Fragoso, que estudou a praça do Rio de Janeiro entre 1790 a 1830, tem-se que:

“... através de uma situação limite, a possibilidade de realização de acumulações

endógenas no espaço colonial” (FRAGOSO, 1992: 23).

Essa acumulação endógena diz respeito à reiteração da produção para o abastecimento interno, dessa forma, Fragoso indica a possibilidade de a colônia acumular capital mercantil, uma vez que tinha uma dinâmica própria não dependente das ordens externas. A geração desse capital se daria com as

“... operações coloniais de abastecimento e das trocas no ultramar português, que se apodera de frações de sobretrabalho, tanto da exportação como dos seguimentos produtivos ligados ao mercado interno” (FRAGOSO, 1992: 307).

Ou seja, o Império possuía os elementos estruturais para essa acumulação, mesmo sendo uma economia agroexportadora e escravista. Mais ainda, para ele, o excedente (via de capital mercantil) não voltava pra o setor produtivo urbano, ou melhor, apenas parte desse excedente voltava uma vez na mão do comerciante. Isso acontecia devido a um sistema pré-capitalista, que tinha o ‘Arcaísmo como Projeto’. A parte que não voltava para a produção empregada em bens que proporcionavam ascensão e prestígio social, como títulos nobiliárquicos e imóveis urbanos. Para Rodarte, isso explica o deslocamento da renda das regiões produtores de Minas, para as regiões mais urbanas e centrais. Mais ainda, para ele, a acumulação de capital se dava no antigo centro minerador, o que era muito importante para a rede de cidades que se desenvolveu na região, dado a inserção da Corte nesse contexto como novo centro político e econômico do Império.

Na perspectiva de Charles Tilly (1996) o padrão de crescimento das cidades de uma região – urbanização - estava relacionado com a acumulação de capital do mesmo lugar. Assim, uma vez visto que o Rio de Janeiro mesmo como cidade colonial ou até mesmo depois disso, conseguia acumular capital em seu interior, o seu crescimento era inevitável. Dessa forma, o desenvolvimento da Corte, foi então consequência de uma serie de fatores que contribuíram para tal.

3. Aspectos metodológicos

Para a realização da pesquisa, utilizou-se os dados disponíveis do Recenseamento da Corte, no Relatório Apresentado ao Ministro e Secretário D'Estado dos Negócios do Império, feito pela Comissão encarregada da direção dos trabalhos do arrolamento da população do Município da Corte em Abril de 1870, e com eles fez-se as inferências sobre a sociedade da época.

Primeiramente digitalizou-se as planilhas de cada Paróquia recenseada. Após isso, as somas foram todas conferidas, e havendo algumas divergências em relação aos originais,

notou-se alguns erros de soma, entendíveis dentro do contexto em que não se tinha nenhuma máquina moderna e segura de se calcular, ou seja, os cálculos eram todos realizados manualmente, com grande suscetibilidade ao erro. Tal fato é mesmo reconhecido pela comissão encarregada dessa contagem, como pode-se encontrar descrito na parte final, penúltimo e último parágrafos, do Relatório:

"Terminando esta exposição, acredita a Comissão que o arrolamento da população do Município Neutro da Corte tem a perfeição compatível com as obras deste genero, que apresentam, não a exactidão mathematica, impossível, mas sómente a maxima probabilidade de que a ella se aproximam" "Não tendo a presumpção de suppôr que não se possa notar falta alguma ou defeito em seu trabalho, maxime sendo o primeiro desta natureza que se faz de modo regular, espera que V. Ex. lhe revelará as imperfeições que porventura encontrar." (BRASIL: 1871)

Portanto, os próprios recenseadores eram cientes das limitações, e sabiam que era humanamente impossível realizar uma contagem perfeita, e um trabalho isento de erros, mas que tentaram se aproximar os dados coletados com a realidade do Município Neutro da Corte. Tendo sabido dessa margem de erro nas somas principalmente, a pesquisa utilizou os dados somados por programa de computador, para que se pudesse fazer uma análise mais próxima da realidade da época, notou-se que pode-se ter algumas discrepâncias importantes, entre as somas divulgadas e as refeitas por computador. Por exemplo, a população total da Corte, segundo o divulgado era de 235381, já com as somas corrigidas, foi de 217637.

Entretanto, confere-se uma enorme confiabilidade para este censo, tendo em vista a grande organização que se teve: para o desenvolvimento do recenseamento havia em cada paróquia do Império uma comissão censitária composta por cinco cidadãos residentes na paróquia, conhecedores dos limites e dos habitantes dela, além de um determinado número de agentes recenseadores.

Além disso, frente a essas técnicas, a dimensão espacial considerada, o Município Neutro da Corte, não foi um empecilho, dada organização e logística para a contagem populacional.

Por fim, para registrar a população, foram utilizadas listas nominativas, que continham dados como Nome, Idade, Religião, Nacionalidade, Estado Civil, Profissão, e ainda levava em conta qualquer observação que fosse notória. Além disso, elas informavam o número da casa recenseada, assim como a rua em que a residência se encontrava. As listas eram distribuídas por representantes do DGE, e, após determinado prazo, eram recolhidas pelos mesmos já devidamente preenchidas.

Segue-se com o exemplo de uma lista nominativa utilizada para o Recenseamento do Município Neutro da Corte em 1870.

MAPPA N. 2.

Lista dos moradores da casa n. 19 da rua do *Campo da Oliveira*, quarteirão do distrito da parochia de *S. Christovão* do Município da Corte.

| | Nomes. | Idade. | Religião. | Nacionalidade. | Estado. | Profissão. | Observações. <small>(Além de outras circunstancias que interessem, se deve declarar a ausencia.)</small> |
|---------------------|------------------------------------|------------------|------------------|-------------------|---|-----------------|---|
| | | | | | <small>(Solteiro, casado ou viúvo).</small> | | |
| Pessoas da Família. | <i>Jose Machado Borges</i> | <i>42</i> | <i>do Estado</i> | <i>Portuguez</i> | <i>Casado</i> | <i>Seguinte</i> | <i>Em partida para a Europa</i> |
| | <i>D. Anna Carolina Borges</i> | <i>27</i> | <i>"</i> | <i>Brasileira</i> | <i>"</i> | | |
| | <i>Jose Machado Borges Filho</i> | <i>15</i> | <i>"</i> | <i>Portuguez</i> | | | |
| | <i>Rosa Carolina Borges</i> | <i>8</i> | <i>"</i> | <i>"</i> | | | |
| | <i>Maria Machado Borges</i> | <i>4</i> | <i>"</i> | <i>"</i> | | | |
| | <i>Anna</i> | <i>Imaginada</i> | | | | | |
| Agregados. | <i>Antonia Lopes Marinho</i> | <i>38</i> | <i>do Estado</i> | <i>Portuguez</i> | <i>Solteira</i> | <i>Criada</i> | |
| | <i>D. Christina Maria de Souza</i> | <i>30</i> | <i>"</i> | <i>"</i> | <i>"</i> | | |
| | <i>Carolina</i> | <i>12</i> | <i>"</i> | <i>Brasileira</i> | <i>"</i> | | |
| Escravos. | <i>Petronilha</i> | <i>36</i> | <i>do Estado</i> | <i>Brasileira</i> | <i>Solteira</i> | | |
| | <i>Genilda</i> | <i>40</i> | <i>"</i> | <i>"</i> | <i>"</i> | | |
| | <i>Luiza</i> | <i>18</i> | <i>"</i> | <i>"</i> | <i>"</i> | | |
| | <i>Felisa e Luiza</i> | <i>12 Annos</i> | | | | | |

00129

N. B. Quanto à religião bastará declarar si é a do Estado ou differente.

Assignatura

Jose Machado Borges

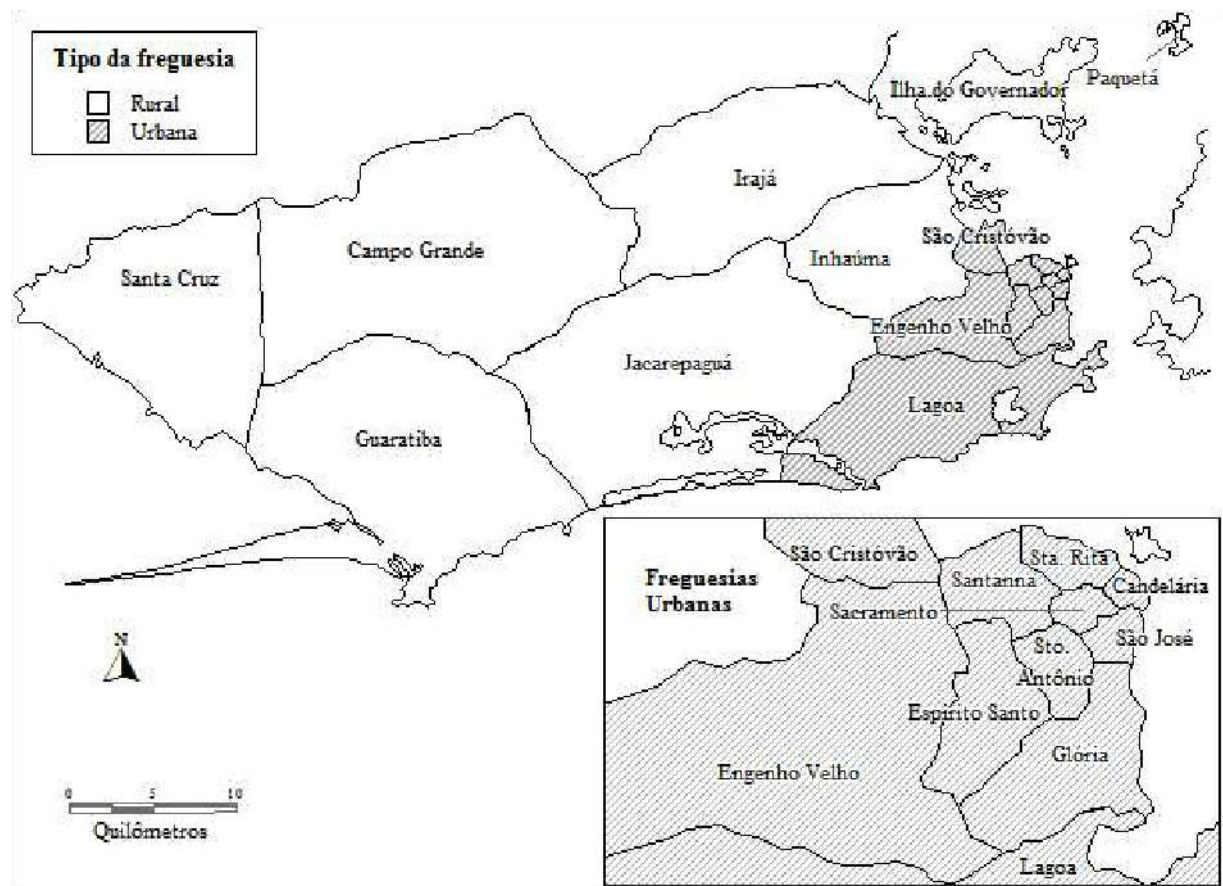
4. A Corte pelo censo de 1870 e pelo censo de 1872

O ponto principal da pesquisa é poder analisar a sociedade da época mediante dois censos¹ que ocorreram num curto período de tempo, e que, a princípio, deveriam mostrar uma sociedade com características semelhantes, visto que no período de dois anos, não há espaço para grandes transformações demográficas, a não ser em casos extremos (causados por guerras, epidemias, etc.).

¹ A pesquisa utilizou para o cotejamento dos censos, os dados corrigidos: os de 1870 com as somas das listas refeitas por computador e o de 1872 no software Pop72 (www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72).

O relatório que apresenta os dados do censo não especifica a forma de classificação das paróquias entre áreas urbanas e rurais, contudo, as onze paróquias definidas como a área urbana do Município da Corte (Mapa 1) continham características relacionadas ao adensamento próprio de lugares urbanizados, ao passo que as oito paróquias restantes, possuíam ocupação mais rarefeita e outras características mais próprias de uma paisagem rural.

Mapa 1 - Município da Corte, por paróquias, entre 1870 e 1872



Fonte: Relatório (1871) e Lobo (1978)

Pelos dois levantamentos demográficos, a população do Município da Corte na área considerada urbana respondia entre 81,1% e 83,2% do total (Tabela 2). Os livres estavam um pouco mais concentrados nas áreas urbanas, ao passo que os escravos, nas áreas rurais, o que deve ser atribuído ao uso maior emprego dessa mão de obra nas atividades rurais.

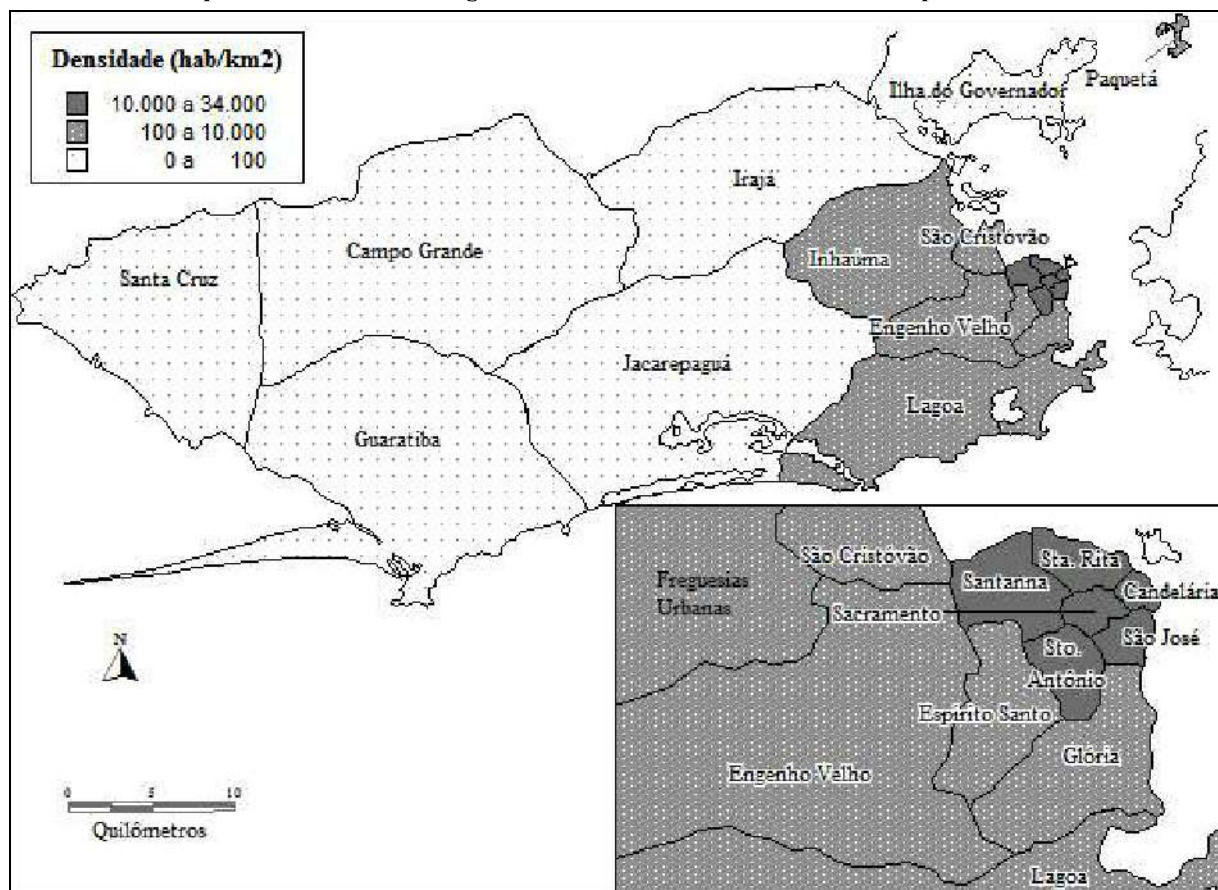
**Tabela 2 – Distribuição da população por condição, segundo área e paróquia.
Município da Corte, 1870/1872**

| Área e Paróquia | Censo 1870 | | | | | | Censo 1872 | | | | | |
|--------------------|----------------|--------------|---------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|---------------|--------------|----------------|--------------|
| | Livres | | Escravos | | Total | | Livres | | Escravos | | Total | |
| | N. | % | N. | % | N. | % | N. | % | N. | % | N. | % |
| Total | 185.289 | 100,0 | 50.092 | 100,0 | 235.381 | 100,0 | 226.033 | 100,0 | 48.939 | 100,0 | 274.972 | 100,0 |
| Urbano | 154.649 | 83,5 | 36.353 | 72,6 | 191.002 | 81,1 | 191.176 | 84,6 | 37.567 | 76,8 | 228.743 | 83,2 |
| Sacramento | 19.986 | 10,8 | 4.443 | 8,9 | 24.429 | 10,4 | 22.927 | 10,1 | 4.150 | 8,5 | 27.077 | 9,8 |
| São José | 16.917 | 9,1 | 3.303 | 6,6 | 20.220 | 8,6 | 17.378 | 7,7 | 2.904 | 5,9 | 20.282 | 7,4 |
| Candelária | 7.128 | 3,8 | 2.111 | 4,2 | 9.239 | 3,9 | 8.162 | 3,6 | 1.843 | 3,8 | 10.005 | 3,6 |
| Santa Rita | 19.303 | 10,4 | 4.507 | 9,0 | 23.810 | 10,1 | 30.057 | 13,3 | 4.778 | 9,8 | 34.835 | 12,7 |
| Santanna | 27.955 | 15,1 | 4.731 | 9,4 | 32.686 | 13,9 | 33.746 | 14,9 | 5.157 | 10,5 | 38.903 | 14,1 |
| Santo Antônio | 14.059 | 7,6 | 3.368 | 6,7 | 17.427 | 7,4 | 16.756 | 7,4 | 3.937 | 8,0 | 20.693 | 7,5 |
| Espírito Santo | 9.060 | 4,9 | 1.736 | 3,5 | 10.796 | 4,6 | 12.097 | 5,4 | 2.033 | 4,2 | 14.130 | 5,1 |
| Engenho Velho | 9.389 | 5,1 | 3.806 | 7,6 | 13.195 | 5,6 | 12.412 | 5,5 | 3.344 | 6,8 | 15.756 | 5,7 |
| São Cristóvão | 7.303 | 3,9 | 1.969 | 3,9 | 9.272 | 3,9 | 8.787 | 3,9 | 2.174 | 4,4 | 10.961 | 4,0 |
| Glória | 14.778 | 8,0 | 3.846 | 7,7 | 18.624 | 7,9 | 17.960 | 7,9 | 4.525 | 9,2 | 22.485 | 8,2 |
| Lagoa | 8.771 | 4,7 | 2.533 | 5,1 | 11.304 | 4,8 | 10.894 | 4,8 | 2.722 | 5,6 | 13.616 | 5,0 |
| Rural | 30.640 | 16,5 | 13.739 | 27,4 | 44.379 | 18,9 | 34.857 | 15,4 | 11.372 | 23,2 | 46.229 | 16,8 |
| Campo Grande | 6.688 | 3,6 | 2.905 | 5,8 | 9.593 | 4,1 | 6.931 | 3,1 | 2.816 | 5,8 | 9.747 | 3,5 |
| Jacarepaguá | 4.619 | 2,5 | 3.014 | 6,0 | 7.633 | 3,2 | 5.627 | 2,5 | 2.591 | 5,3 | 8.218 | 3,0 |
| Ilha do Governador | 1.917 | 1,0 | 677 | 1,4 | 2.594 | 1,1 | 2.253 | 1,0 | 603 | 1,2 | 2.856 | 1,0 |
| Paquetá | 768 | 0,4 | 492 | 1,0 | 1.260 | 0,5 | 903 | 0,4 | 506 | 1,0 | 1.409 | 0,5 |
| Guaratiba | 5.085 | 2,7 | 1.833 | 3,7 | 6.918 | 2,9 | 5.864 | 2,6 | 1.763 | 3,6 | 7.627 | 2,8 |
| Inhaúma | 6.000 | 3,2 | 1.190 | 2,4 | 7.190 | 3,1 | 6.128 | 2,7 | 1.316 | 2,7 | 7.444 | 2,7 |
| Irajá | 4.035 | 2,2 | 1.711 | 3,4 | 5.746 | 2,4 | 4.471 | 2,0 | 1.439 | 2,9 | 5.910 | 2,1 |
| Santa Cruz | 1.528 | 0,8 | 1.917 | 3,8 | 3.445 | 1,5 | 2.680 | 1,2 | 338 | 0,7 | 3.018 | 1,1 |

Fonte dos dados básicos: Brasil (1871) e DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

As grandes assimetrias espaciais, contudo, são mais bem visualizadas quando se incorpora as dimensões dos territórios. O adensamento da porção sudeste (centralizada na paróquia de Sacramento) se caracterizava por uma concentração superior 10.000 habitantes por Km² (Mapa 2). A própria paróquia de Sacramento, com menos de 1 km² e população média de 25,7 mil habitantes tinha uma densidade de 34 mil hab./km², a maior concentração da Corte e, possivelmente, do Brasil. No entorno desse centro mais urbanizado, formado mais outras cinco paróquias, a concentração humana reduzia-se consideravelmente, para níveis entre 3 mil hab./km² (Glória) e 147 hab./km² (Lagoa), que, apesar disso, era ainda considerada urbana. Já a Ilha de Paquetá, com seus 700 hab./km², era considerada rural. Nas paróquias mais rurais, a oeste a população era muito mais espaçada, chegando a de apenas 24 hab./km² em Santa Cruz.

Mapa 2 – Densidade demográfica média entre 1870 e 1872. Município da Corte



Fonte dos dados básicos: Brasil (1871) e DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

As especificidades de cada segmento espacial, que permitem também aferir os diferentes níveis de urbanização, podem ser analisadas pela distribuição setorial, aferida pela declaração de ocupação do censo de 1872, mais detalhado que o de 1870 (Tabela 3). Deve-se considerar que o censo identifica os ocupados nos seus lugares de residência e não de atividade. Mesmo assim, a análise é válida, considerando que parte considerável das pessoas trabalhava na própria residência ou em lugar próximo.

As paróquias classificadas como urbanas possuíam um percentual maior de indivíduos ocupados em profissões liberais, com a exceção de Lagoa e Engenho Velho. Tais atividades representavam parte da oferta de serviços especializados, que, como mostra a literatura, tende a caracterizar o urbano. O comércio também era um serviço que se concentrava espacialmente, sendo parte constitutiva da vida urbana na parte central de um país notadamente rural. Na Candelária, os comerciantes representavam pouco mais da metade da sua população (51,4%). Com a exceção de Lagoa e Santo Antônio, as demais paróquias urbanas tinham uma proporção de comerciantes não inferior a 5%, ao passo que no Brasil, como um todo, o comércio absorvia apenas 1,4%. As demais paróquias rurais tinham um

setor comercial pouco maior que a média brasileira, (de 2,1%, em média). Além desses setores, as paróquias urbanas continham um número expressivo de artesãos que respondiam por quase metade da sua população (44,5%), sendo que nas rurais, esse percentual era de apenas 22,6%. Como não poderia ser diferente, grande parte da população nas paróquias rurais estava voltada para atividades agrícolas e pastoris (35,5%), proporção superior até mesmo à média brasileira (29,7%).

Tabela 3 - Distribuição da população, por setores de atividade, segundo unidade administrativa e eclesial. Brasil e Município da Corte – 1872

| Brasil e Município da Corte, por áreas e freguesias | Setores por grupos ocupacionais - Censo de 1872 (1) | | | | | | | | Total |
|---|---|-------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------|------------|---------------------|--------------|
| | Prof. Liberais | Comerciante | Fabril-artesanal 1 | Fabril-artesanal 2 | Fabril-artesanal 3 | Agropecuária | Outros | S/ Prof. ou S/ Inf. | |
| Brasil | 0,8 | 1,4 | 0,8 | 20,2 | 7,4 | 29,7 | 0,7 | 38,9 | 100,0 |
| Mun. da Corte | 5,2 | 8,6 | 2,8 | 24,2 | 13,8 | 6,4 | 5,3 | 33,6 | 100,0 |
| Urbano | 5,9 | 9,9 | 3,1 | 26,4 | 15,1 | 0,6 | 5,7 | 33,3 | 100,0 |
| Sacramento | 7,3 | 14,4 | 6,2 | 28,7 | 22,0 | 0,0 | 0,5 | 20,9 | 100,0 |
| São José | 8,3 | 11,4 | 3,9 | 22,8 | 13,8 | 0,5 | 7,6 | 31,7 | 100,0 |
| Candelária | 3,9 | 51,4 | 2,5 | 21,2 | 5,8 | 0,3 | 0,7 | 14,1 | 100,0 |
| Santa Rita | 7,9 | 9,9 | 2,6 | 14,5 | 15,1 | 1,7 | 22,9 | 25,3 | 100,0 |
| Santanna | 5,9 | 6,5 | 4,5 | 23,8 | 22,3 | 0,1 | 3,3 | 33,6 | 100,0 |
| Santo Antônio | 5,8 | 2,1 | 1,6 | 38,8 | 11,7 | 0,4 | 0,5 | 39,0 | 100,0 |
| Espírito Santo | 5,5 | 8,6 | 2,3 | 36,4 | 10,5 | 1,3 | 1,8 | 33,6 | 100,0 |
| Engenho Velho | 2,8 | 5,3 | 1,2 | 36,7 | 12,4 | 0,5 | 0,2 | 41,0 | 100,0 |
| São Cristóvão | 4,2 | 7,1 | 2,5 | 35,1 | 9,8 | 0,1 | 1,1 | 40,1 | 100,0 |
| Glória | 5,3 | 7,0 | 2,1 | 28,1 | 14,3 | 0,2 | 3,4 | 39,7 | 100,0 |
| Lagoa | 3,0 | 3,5 | 1,1 | 17,4 | 7,4 | 0,7 | 5,8 | 61,1 | 100,0 |
| Rural | 1,6 | 2,1 | 1,3 | 13,6 | 7,7 | 35,5 | 3,2 | 34,9 | 100,0 |
| Campo Grande | 0,4 | 1,5 | 0,5 | 7,8 | 1,5 | 55,2 | 0,2 | 32,8 | 100,0 |
| Jacarepaguá | 1,4 | 1,8 | 1,1 | 14,2 | 6,9 | 44,5 | 0,0 | 30,1 | 100,0 |
| Ilha do Governador | 1,5 | 2,1 | 2,3 | 16,7 | 16,2 | 2,7 | 15,8 | 42,8 | 100,0 |
| Paquetá | 3,3 | 2,6 | 3,5 | 27,0 | 28,8 | 0,4 | 4,5 | 29,9 | 100,0 |
| Guaratiba | 0,8 | 2,2 | 0,5 | 13,8 | 3,0 | 45,6 | 4,1 | 30,1 | 100,0 |
| Inhaúma | 4,0 | 3,1 | 2,6 | 20,6 | 11,5 | 13,1 | 6,3 | 38,6 | 100,0 |
| Irajá | 1,6 | 2,5 | 1,1 | 12,5 | 13,5 | 26,2 | 1,5 | 41,1 | 100,0 |
| Santa Cruz | 1,9 | 1,5 | 1,6 | 4,9 | 3,5 | 43,4 | 2,8 | 40,5 | 100,0 |

Fonte dos dados básicos: Brasil (1871) e DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar. (1) Grupos ocupacionais elaborados em Mello Filho, Santos Júnior e Rodarte (2006): **profissionais liberais**: contém religiosos, juizes, advogados, notários e escrivães, procuradores, oficiais de justiça, médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras, professores, empregados públicos, artistas; **setor fabril-artesanal 1**: contém operários de edificações, em couros e peles, de vestuários, de calçados; **setor fabril-artesanal 2**: contém costureiras, operários em tecidos, e no serviço doméstico; **setor fabril-artesanal 3**: contém capitalistas e proprietários, manufatureiros e fabricantes, operários canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros, em metais, em madeiras, em tinturaria, de chapéus, criados e jornaleiros; **outros**: militares, marítimos, pescadores, caçadores e demais extrativistas.

Pelos censos demográficos, a população do Município da Corte teria crescido 16,8% (que corresponde à excepcional taxa de crescimento anual de 8,1% a.a.) passar de 235,4 mil para 275 mil. Este incremento de quase 40 mil habitantes despertou desconfiças quanto à qualidade dos levantamentos demográficos, mesmo na época², a despeito de se considerar uma região dinâmica que tenderia mesmo a atrair imigrantes e, por isso, crescer mais (Tabela 4).

² No âmbito do governo, uma das discussões quanto ao rigor dos censos pode ser observada em Diário do Rio de Janeiro (1874: 2).

Uma análise mais detida nos indicadores de atributos pessoais sensíveis à mobilidade espacial fornece indícios ambíguos quanto à qualidade e movimentação populacional na Corte. Observa-se, por exemplo, que a proporção de estrangeiros era elevada, mas ela não teria tido um acréscimo próximo de 40 mil pessoas entre 1870 e 1872. Na verdade, o crescimento é maior entre os brasileiros, o que também não descarta movimentação de pessoas (oriundas de outras províncias, que não foi investigado pelo Censo de 1870). Observou-se um crescimento maior entre os solteiros, sobretudo do sexo masculino (o que coincide com o atributo mais frequente do imigrante). Este indicador pode, contudo, também estar sinalizando que, eventualmente, o subregistro de crianças (mais grave em censos antigos) tenha sido diminuído na contagem populacional de 1872, *vis-à-vis* a experiência anterior.

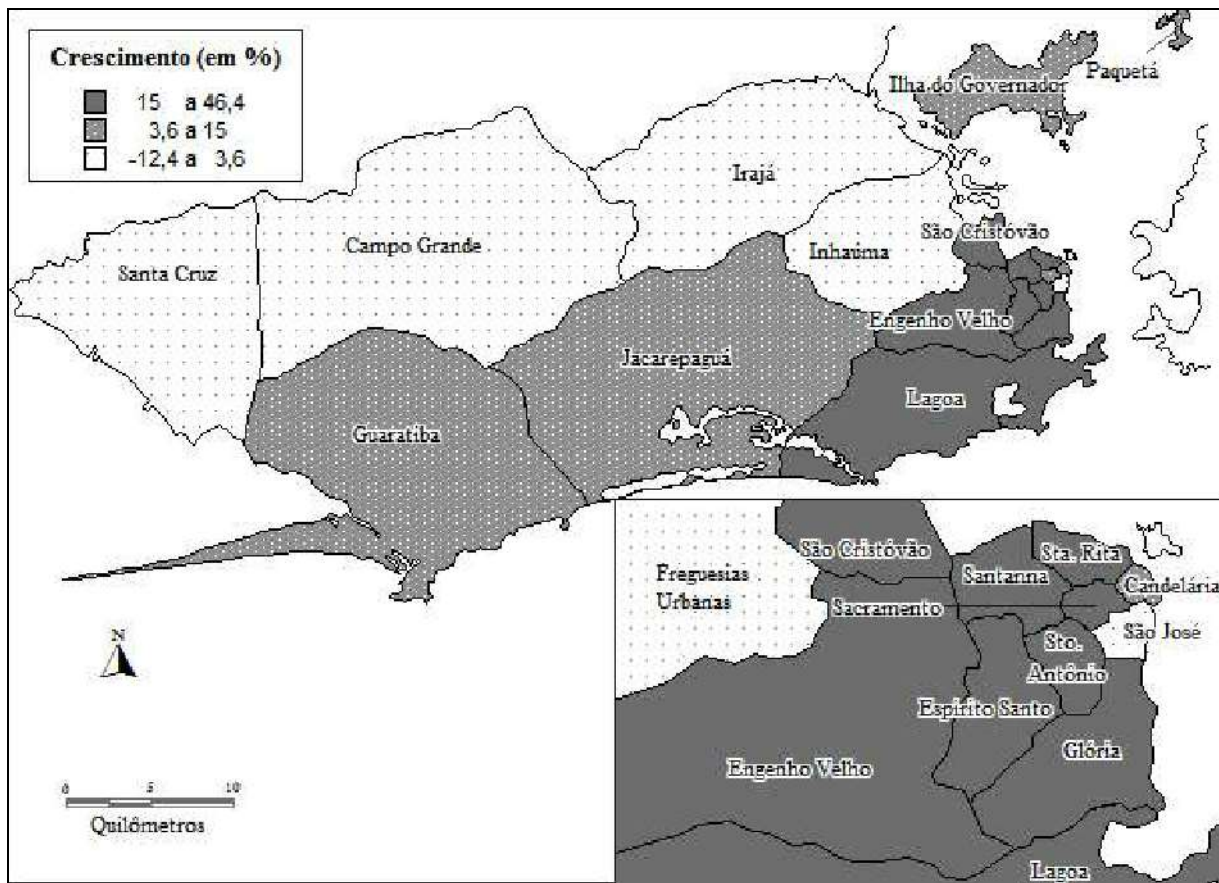
Tabela 4 – População do Município da Corte, por condição e sexo, segundo atributos de nacionalidade e estado civil. 1870/1872

| Variáveis | Categorias | Ano | LIVRES | | | | ESCRAVOS | | | | Total |
|---------------|-------------|----------------------|---------------|---------------|---------------|-----|---------------|---------------|---------------|-----|---------------|
| | | | Homens | Mulheres | Total | RS | Homens | Mulheres | Total | RS | |
| Total | | 1870 | 107.801 | 77.488 | 185.289 | 139 | 25.519 | 24.573 | 50.092 | 104 | 235.381 |
| | | 1872 | 133.880 | 92.153 | 226.033 | 145 | 24.886 | 24.053 | 48.939 | 103 | 274.972 |
| | | Diferença (N) | 26.079 | 14.665 | 40.744 | | -633 | -520 | -1.153 | | 39.591 |
| | | Variação (%) | 24,2 | 18,9 | 22,0 | | -2,5 | -2,1 | -2,3 | | 16,8 |
| Nacionalidade | Brasileiro | 1870 | 59.363 | 61.009 | 120.372 | 97 | 16.681 | 19.655 | 36.336 | 85 | 156.708 |
| | | 1872 | 77.876 | 74.851 | 152.727 | 104 | 18.009 | 19.957 | 37.966 | 90 | 190.693 |
| | | Diferença (N) | 18.513 | 13.842 | 32.355 | | 1.328 | 302 | 1.630 | | 33.985 |
| | | Variação (%) | 31,2 | 22,7 | 26,9 | | 8,0 | 1,5 | 4,5 | | 21,7 |
| | Estrangeiro | 1870 | 48.438 | 16.479 | 64.917 | 294 | 8.838 | 4.918 | 13.756 | 180 | 78.673 |
| | | 1872 | 56.004 | 17.302 | 73.306 | 324 | 6.877 | 4.096 | 10.973 | 168 | 84.279 |
| | | Diferença (N) | 7.566 | 823 | 8.389 | | -1.961 | -822 | -2.783 | | 5.606 |
| | | Variação (%) | 15,6 | 5,0 | 12,9 | | -22,2 | -16,7 | -20,2 | | 7,1 |
| Estado Civil | Solteiro | 1870 | 82.949 | 53.190 | 136.139 | 156 | 24.944 | 23.835 | 48.779 | 105 | 184.918 |
| | | 1872 | 104.036 | 64.073 | 168.109 | 162 | 24.525 | 23.584 | 48.109 | 104 | 216.218 |
| | | Diferença (N) | 21.087 | 10.883 | 31.970 | | -419 | -251 | -670 | | 31.300 |
| | | Variação (%) | 25,4 | 20,5 | 23,5 | | -1,7 | -1,1 | -1,4 | | 16,9 |
| | Casado | 1870 | 21.472 | 17.407 | 38.879 | 123 | 450 | 397 | 847 | 113 | 39.726 |
| | | 1872 | 25.762 | 20.175 | 45.937 | 128 | 243 | 262 | 505 | 93 | 46.442 |
| | | Variação (%) | 20,0% | 15,9% | 18,2% | | -46,0% | -34,0% | -40,4% | | 16,9% |
| | Viúvo | 1870 | 3.380 | 6.891 | 10.271 | 49 | 125 | 341 | 466 | 37 | 10.737 |
| | | 1872 | 4.082 | 7.905 | 11.987 | 52 | 118 | 207 | 325 | 57 | 12.312 |
| | | Variação (%) | 20,8% | 14,7% | 16,7% | | -5,6% | -39,3% | -30,3% | | 14,7% |

Fonte dos dados básicos: Brasil (1871) e DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

Este crescimento populacional não foi uniforme e deu-se, sobretudo, nas paróquias mais urbanizadas (Mapa 3). A paróquia de Santa Rita foi onde houve a maior disparidade de contagens (46,3%), uma vez que o censo de 1872 tinha apontado 11 mil habitantes a mais.

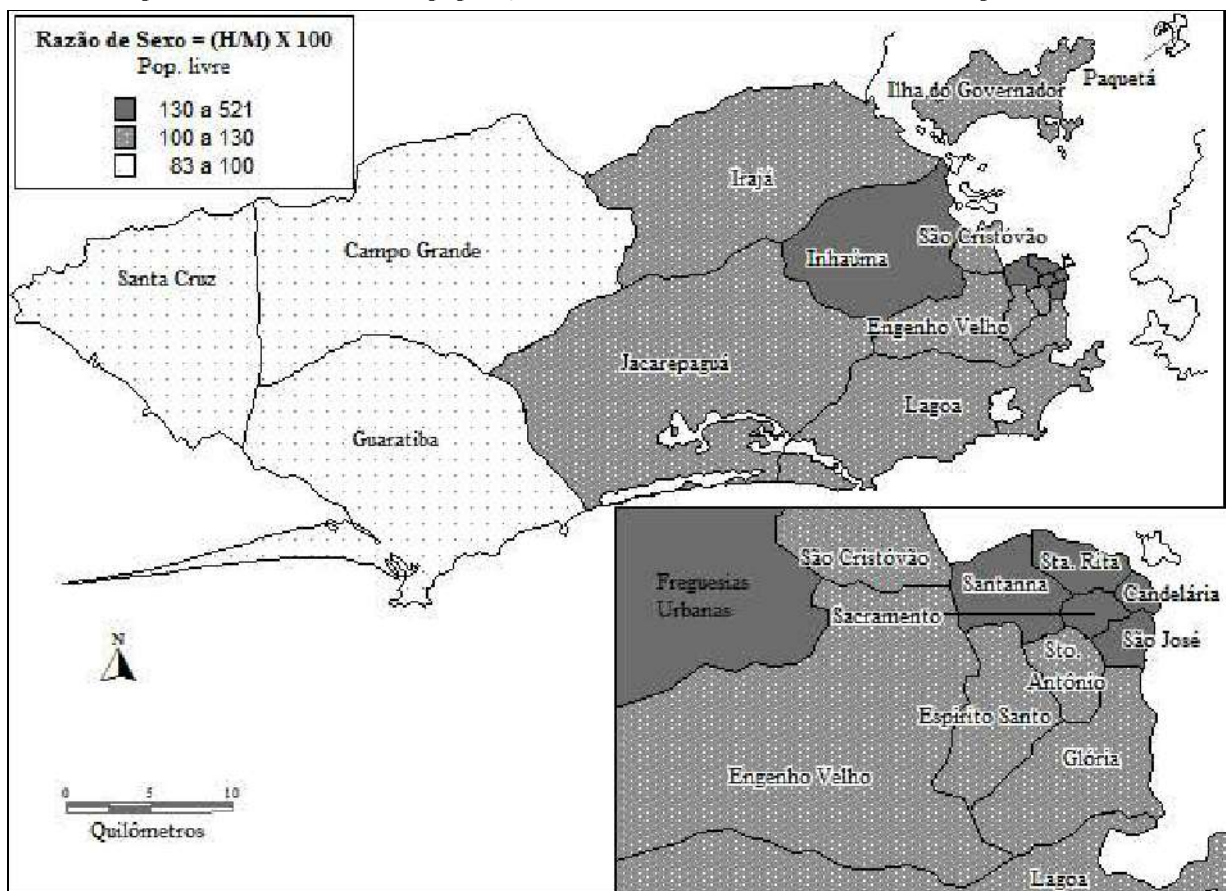
Mapa 3 – Variação da população entre 1870 e 1872. Município da Corte



Fonte dos dados básicos: Brasil (1871) e DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

Um dos elementos a corroborar a hipótese de maior atração populacional na parte mais urbana do Município da Corte é o desequilíbrio entre os sexos do segmento livre da população, com predominância do sexo masculino. Na Candelária, onde o desequilíbrio era maior, havia 520 homens para cada 100 mulheres. Tal desequilíbrio decorria da atratividade pela pujança econômica peculiar do maior centro urbano do Brasil, e parece refletir o caso típico das formações urbanas pré-industriais, pois os arraiais, povoados e vilas tendiam a atrair mais o segmento feminino da população como é tratado por Rodarte (2012: 135).

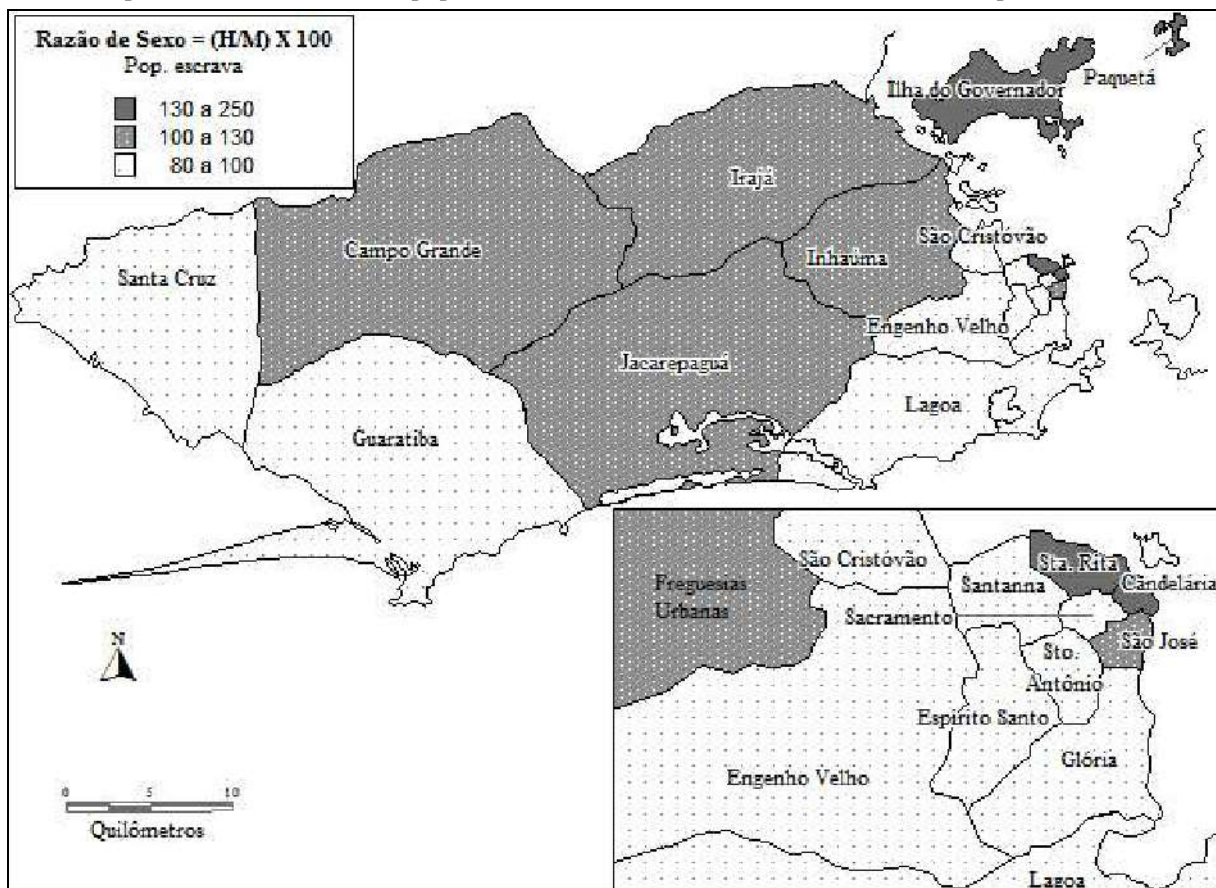
Mapa 4 – Razão de sexos da população livre média entre 1870 e 1872. Município da Corte



Fonte dos dados básicos: Brasil (1871) e DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

A conformação espacial dos desequilíbrios entre os sexos da população mancipia não reproduz exatamente o que ocorria com os livres, uma vez que parecia ser mais importante a tradicional divisão sexual do trabalho que, grosso modo, reservava as atividades do eito aos homens e do serviço doméstico às mulheres (Mapa 5).

Mapa 5 – Razão de sexos da população escrava média entre 1870 e 1872. Município da Corte



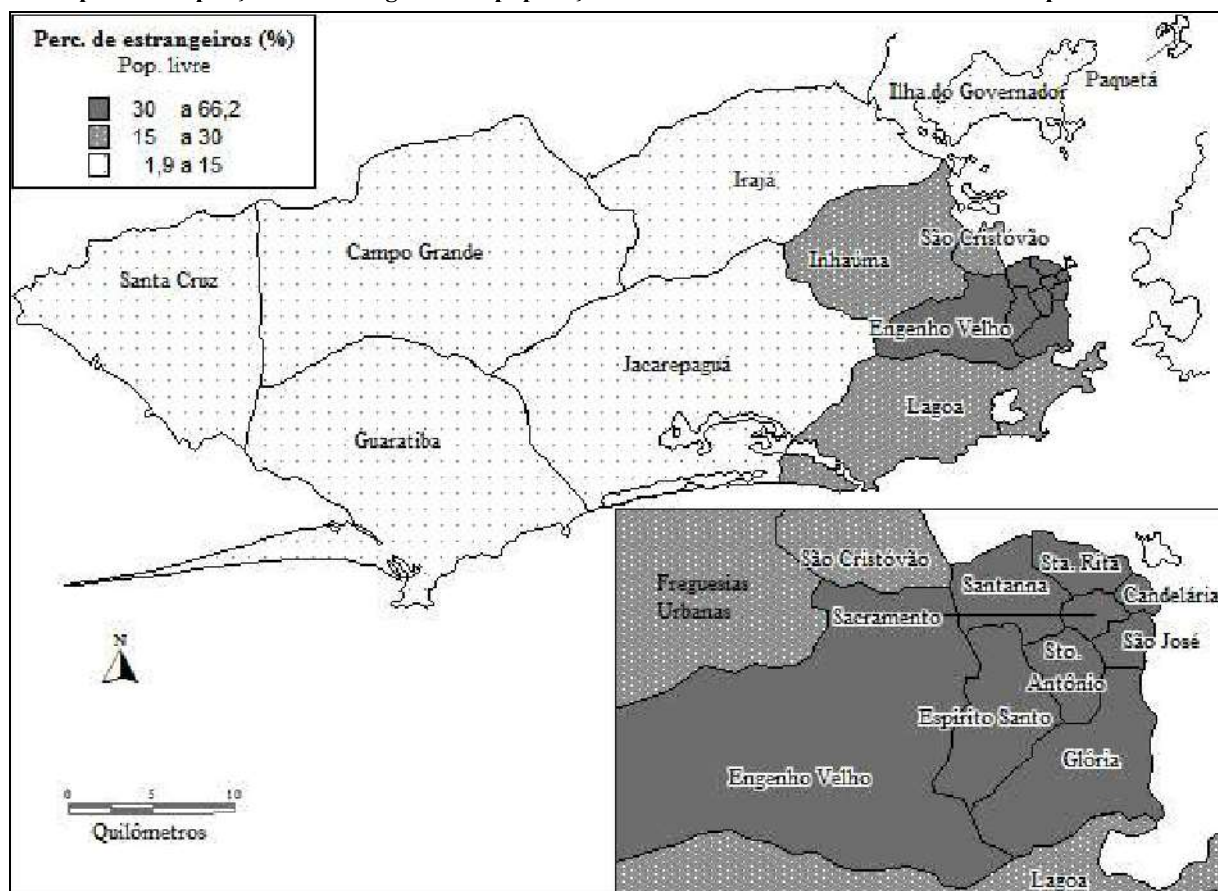
Fonte dos dados básicos: Brasil (1871) e DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

A população livre estrangeira estava mais concentrada no centro urbano. Na Candelária, os estrangeiros respondiam por mais da metade da população livre (66,2%). Na paróquia contígua de Sacramento esta percentagem assumia o segundo maior nível (48,2%). Em contraposição, nas paróquias rurais de Santa Cruz e Guaratiba, o peso dos estrangeiros na população residente era quase residual, de 2,0% e 3,3%, respectivamente (Mapa 6).

Entre os livres estrangeiros, 89,1% eram europeus, sendo oriundos, sobretudo, de Portugal (66,4%), pela Tabela 5. Pouco menos de 10% do total provinha da África, trazidos pela escravidão e depois alforriados. Um percentual muito menor representava a soma das outras origens, incluindo demais país das Américas e Ásia. A razão de sexos mais elevada entre os migrantes reflete o comportamento principalmente de portugueses, italianos e

espanhóis. Os outros países europeus tinham razões de sexo mais equilibradas, refletindo, talvez, uma migração que incluía grupos familiares, e não apenas jovens do sexo masculino.

Mapa 6 – Proporção de estrangeiros na população livre média entre 1870 e 1872. Município da Corte



Fonte dos dados básicos: Brasil (1871) e DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

Tabela 5 – Estrangeiros residentes no Município da Corte, por sexo e estado civil, por origem

| Nacionalidade | Homens | | | | Mulheres | | | | Total (*) | | | |
|---------------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|
| | Solteiros | Casados | Viúvos | Total (*) | Solteiras | Casadas | Viúvas | Total (*) | N. | (%) | (%) | RS |
| Estrangeiros | 45.822 | 15.094 | 1.964 | 62.881 | 11.872 | 6.781 | 2.112 | 21.398 | 84.279 | 100,0 | - | 293,9 |
| Escravos africanos | 6.705 | 103 | 69 | 6.877 | 3.336 | 78 | 102 | 4.096 | 10.973 | 13,0 | - | 167,9 |
| Livres | 39.117 | 14.991 | 1.895 | 56.004 | 8.536 | 6.703 | 2.010 | 17.302 | 73.306 | 87,0 | 100,0 | 323,7 |
| Europeus | 35.654 | 14.514 | 1.713 | 51.881 | 5.460 | 6.284 | 1.675 | 13.419 | 65.300 | 77,5 | 89,1 | 386,6 |
| Portugueses | 31.823 | 12.231 | 1.444 | 45.498 | 4.060 | 5.172 | 1.208 | 10.440 | 55.938 | 66,4 | 76,3 | 435,8 |
| Franceses | 956 | 612 | 88 | 1.656 | 701 | 472 | 219 | 1.392 | 3.048 | 3,6 | 4,2 | 119,0 |
| Italianos | 716 | 712 | 31 | 1.459 | 96 | 134 | 57 | 287 | 1.746 | 2,1 | 2,4 | 508,4 |
| Alemães | 554 | 299 | 59 | 912 | 257 | 234 | 85 | 576 | 1.488 | 1,8 | 2,0 | 158,3 |
| Espanhóis | 907 | 313 | 49 | 1.269 | 106 | 60 | 31 | 197 | 1.466 | 1,7 | 2,0 | 644,2 |
| Ingleses | 430 | 216 | 24 | 670 | 123 | 125 | 57 | 305 | 975 | 1,2 | 1,3 | 219,7 |
| Demais | 268 | 131 | 18 | 417 | 117 | 87 | 18 | 222 | 639 | 0,8 | 0,9 | 187,8 |
| Africanos livres | 2.843 | 379 | 167 | 3.389 | 2.871 | 293 | 273 | 3.437 | 6.826 | 8,1 | 9,3 | 98,6 |
| Demais | 620 | 98 | 15 | 734 | 205 | 126 | 62 | 446 | 1.180 | 1,4 | 1,6 | 164,6 |

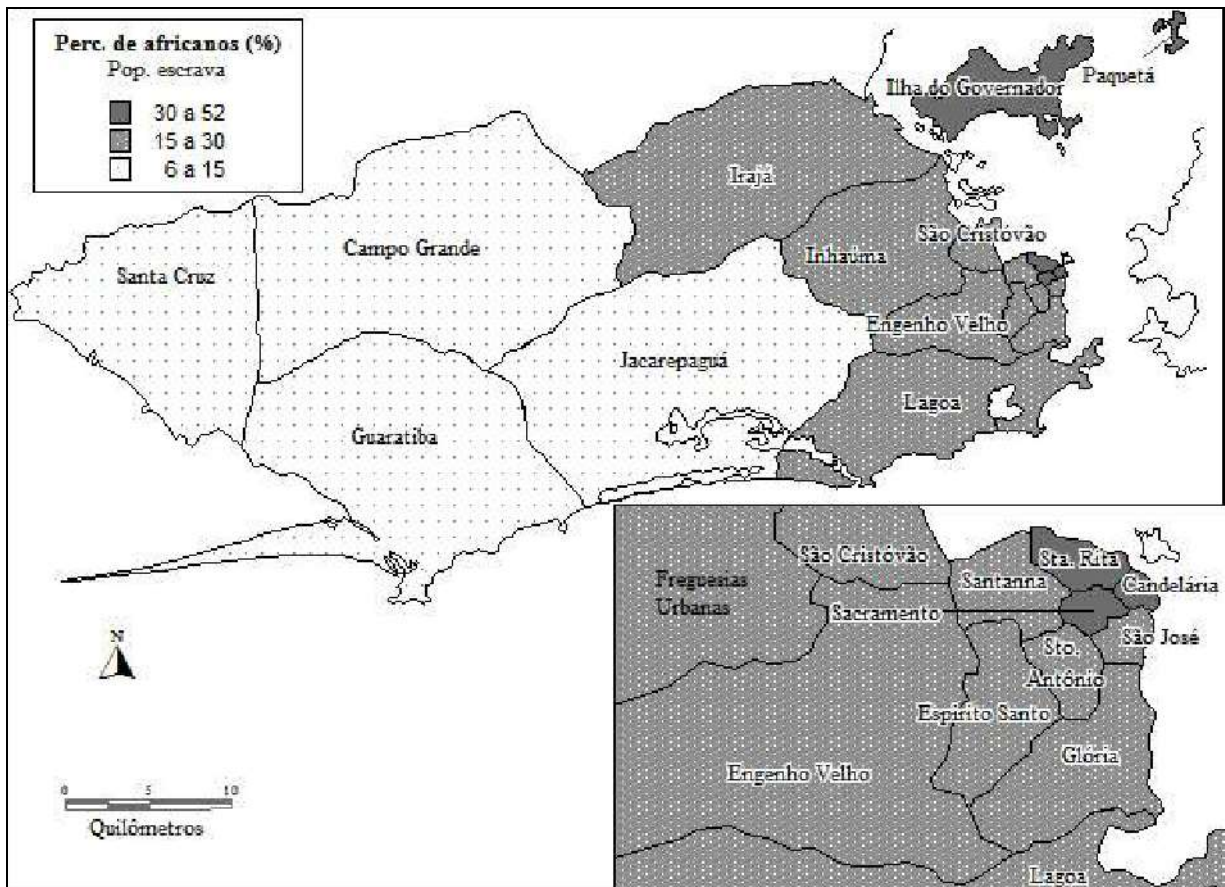
Fonte dos dados básicos: Brasil (1871) e DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

(*) Inclusive população ajustada, sem informação do estado civil.

A menor razão de sexos entre os africanos livres que entre os escravos sugere uma alforria seletiva por sexo (Mapa 7). Os plantéis de escravos das paróquias insulares da Ilha do Governador e Paquetá, e urbanas de Candelária, Sacramento e Santa Rita, mesmo já tendo-se

passado 20 anos de interrupção definitiva do tráfico atlântico, eram reabastecidos em pelo menos 30% por escravos vindos da África (Mapa 7).

Mapa 7 – Proporção de africanos na população escrava média entre 1870 e 1872. Município da Corte



Fonte dos dados básicos: Brasil (1871) e DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

5. Considerações finais

No presente, o texto apresentou os principais dados do Município Neutro da Corte para o começo da década de 1870, com o intuito de analisar os censos realizados nesse período e fazer algumas considerações a cerca da população. Entender o contexto da realização de uma contagem populacional importante é fundamental para dimensionar e entender a dinamicidade demográfica e econômica do principal núcleo urbano do Brasil .

A pesquisa se encontra em andamento, mas as constatações realizadas à respeito do cotejamento dos recenseamentos de 1870/1872 servem para balizar os caminhos futuros da investigação. O passo crucial será a digitalização e processamento dos dados das listas de São Cristóvão, para se na sequência, o cotejamento com os dados divulgados pela comissão encarregada do censo, entre outras atividades.

Os dados apresentados mostram uma dinamicidade diferenciada entre o urbano e o rural. Ficou evidente uma tendência de crescimento por correntes migratórias nas paróquias

que formam a área urbana central (da Candelária e adjacências) configurando uma região que poderia ser classificada como dinâmica e polarizadora. As regiões rurais, via de regra, apresentaram baixos crescimentos (ou mesmo decréscimo populacional) e, com isso, pareciam não compartilhar com o centro urbano os elementos de atratividade econômica. Não se deve descartar, inclusive, a possibilidade de estar ocorrendo um processo de êxodo rural (o que reforçaria o movimento concentrador).

Referência bibliográfica

BARATA, Mário. Aspectos históricos dos Correios do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 259, p.134-154, abr.-jun./ 1963.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório apresentado ao Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Império pela Comissão encarregada da direcção dos trabalhos de arrolamento da população do Município da Côrte, a que se procedeu em abril de 1870**. Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1871. 36 p.
Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1697/000073.html>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

CHRISTALLER, Walter. **Central places in southern Germany.**: Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1966. 230 p.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Corpo Legislativo – Senado. Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 7 de ago. 1874. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=31973>. Acesso em: 13 mai. 2013.

FRAGOSO, João L. R. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. 324 p.

FERREIRA, Godofredo. O Postilhão da América. *in* Guia oficial dos C.T.T.. Lisboa: 1954, apud BARATA, Mário. Aspectos históricos dos Correios do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfica Brasileiro**, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 259, p.134-154, abr.-jun./1963.

LOBO, Eulalia M. L. **História do Rio de Janeiro: Do capital comercial ao capital industrial e financeiro**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, Vol 1, 442 p.

PRED, Allan. **Sistemas de cidades** em economias adiantadas. São Paulo, Zahar Editores, 1979.

RODARTE, Mario M. S. **O Caso das Minas que não se esgotaram: A pertinácia do Antigo Núcleo Central Minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista**. 1999. 179 f. Dissertação (mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

RODARTE, Mario M. S. **O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado Minas Gerais, 1830**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. v. 1. 279p .

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. 157 p.

SENRA, Nelson. **História das estatísticas brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 614 p.

SILVA, Joaquim Norberto S. **Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje**. São Paulo: IPE/USP, 1986. Edição fac-similada. Original publicado em 1870.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1996. 356 p.

VIANNA, Oliveira. **Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil: recenseamento do Brasil, 1920**. São Paulo: IPE/USP, 1986. Edição fac-similada.